



## Comunicação

DOI: [10.21680/2447-7842.2023v9n2ID33805](https://doi.org/10.21680/2447-7842.2023v9n2ID33805)

**Presença da avaliação por pares aberta na política editorial de uma revista: critérios, métricas e ferramenta**

**Presence of open peer review in the editorial policy of a journal: criteria, metrics and tool**

Piotr Trzesniak <sup>1</sup>

Luciano Gabriel Panepucci <sup>2</sup>

Submetido em: 17/04/2023	Aprovado na ConfOA: 14/06/2023	Publicado em: 25/11/2023
--------------------------	--------------------------------	--------------------------

**Resumo:** A Avaliação por Pares Aberta (APPA) é um pilar da Ciência Aberta, já se constitui em uma recomendação permanente entre as melhores práticas editoriais, inclusive, desde 2022, por parte da UNESCO. Contudo, vem enfrentando dificuldades, tanto de natureza técnica como conceitual, que acabam por impedir a sua ampla adoção. Neste trabalho, damos uma visão teórica da APPA, discutindo seus principais aspectos e benefícios, bem como oferecemos uma ferramenta quantitativa, de livre acesso, que permite aos editores identificar se e quanto a APPA está presente na política editorial da revista que publicam. Composta por itens pontuados e organizados hierarquicamente, a ferramenta também se presta a orientar uma abertura gradativa do processo e poderá ser útil para que gestores, indexadores, e sistemas e comitês de avaliação de revistas estabeleçam metas para a adoção da APPA entre seus critérios.

**Palavras-chave:** avaliação por pares aberta; métricas; indicadores; Ciência Aberta.

<sup>1</sup> Doutor em Física, Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil. Professor Titular (aposentado) da Universidade Federal de Itajubá, Itajubá/MG, Brasil.

<sup>2</sup> Graduado em Imagem e Som pela Universidade Federal de São Carlos. Consultor para indexação e editoração de revistas, Editora Cubo, São Carlos/SP, Brasil.



**Abstract:** Open Peer Review (OPR) is a pillar of Open Science, already becoming one of the permanent recommendations among the best editorial practices, including, since 2022, by UNESCO. However, it has been facing difficulties, both of a technical and conceptual nature, which end up preventing its wide adoption. In this work, we give a theoretical view of the OPR, discussing its main aspects and benefits, as well as offering a quantitative tool, of free access, that allows editors to identify if and to what extent the OPR is present in the editorial policy of the journal they publish. Composed of items scored and organized hierarchically, the tool also lends itself to guiding a gradual opening of the process and may be useful for managers, indexers, and journal evaluation systems and committees to establish goals for the adoption of OPR among their criteria.

**Keywords:** Open peer-review; metrics; indicators; Open Science.

## 1 INTRODUÇÃO

A Ciência Aberta (CA) abriga diversas iniciativas (algumas, como *preprints*, são praticadas há décadas em determinadas áreas, Merz, 2006), e já se constitui em uma recomendação permanente entre as melhores práticas editoriais, inclusive, desde 2022, por parte da UNESCO. Esse movimento, em resumo, visa a ampliar o alcance, a qualidade, e o impacto da ciência e da pesquisa relativamente à sociedade e à própria comunidade acadêmica (Miedema, 2021). A empreitada envolve desenvolver diversas ações como, entre outras, acessibilidade, equidade, compartilhamento de dados, reprodutibilidade, responsabilidade e transparência nos processos (UNESCO, 2022).

Embora a maioria das recomendações e conceitos preconizados pela CA representem significativos avanços quanto à democratização do conhecimento e à otimização dos investimentos em pesquisa (entre outros), sua aceitação encontra dificuldades e resistência por parte dos diversos segmentos da comunidade acadêmica – pesquisadores, autores, editores e avaliadores. Mesmo o acesso aberto à literatura científica avaliada por pares, cujas bases foram consolidadas há



mais de 20 anos, na declaração de Budapest (2002),- é visto com desconfiança por muitos. Menos favorável ainda é o panorama de aceitação de iniciativas como a abertura de dados e da avaliação por pares.

Ensina a taxonomia de Bloom et al. (1972) que a aplicação de algo deve ser antecedida pelas etapas de conhecimento e compreensão. Então, se o propósito é ver iniciativas da CA na prática, cumpre, a quem as conhece e aceita, apresentar à comunidade a sua natureza e os seus propósitos (que precisam justificar o custo não trivial de as implementar) e, quando possível, facilitar sua operacionalização.

Neste trabalho, esses aspectos são abordados com relação à Avaliação por Pares Aberta (APPA), admitindo que tal processo se inicia com a *submissão* de um original a uma revista e se conclui com sua publicação como *artigo* ou sua rejeição definitiva.

## 2 A AVALIAÇÃO POR PARES ABERTA

### 2.1 O que é

Mesmo no modelo tradicional, das avaliações ditas cegas, existem variantes, não propriamente de abertura, mas de menor anonimato: sendo esse triplo, nenhum dos envolvidos – editor, autores, avaliadores – conhece a identidade dos demais. Caso seja duplo, a do editor é conhecida dos demais e vice-versa. No simples, a única reserva é a dos avaliadores para com os autores. Além disso, os pareceres permanecem restritos, acessíveis apenas ao editor e aos autores.

Há, então, essencialmente três tipos de limitação:

- I. às identidades dos envolvidos.
- II. aos relatórios de suporte à decisão, e
- III. aos relatórios de tomada de decisão (intermediários e final).

O relaxamento de qualquer uma delas, em qualquer grau, relativamente ao modelo triplamente anônimo, é um avanço no caminho da APPA. Assim, apenas abrir a identidade do editor responsável pelo processamento editorial da submissão



já é uma prática APPA – a mais básica e simples, até adotada por grande parte das revistas. *Editor*, neste contexto, é a pessoa que for designada para selecionar os avaliadores, dialogar com esses e os autores, e elaborar o relatório que orientará a tomada de decisão final, podendo ser o Editor Chefe, um Coeditor, um Editor Associado ou Adjunto, ou um integrante do Corpo Editorial Científico. Caso as etapas mencionadas sejam executadas por mais de uma pessoa, a abertura implica explicitar a identidade de todas.

Ao combinarmos os três tipos de limitação com as possibilidades de abertura, surgem inúmeras alternativas para a APPA. Têm-se:

- I. *Abrir o quê?* Identidades, relatórios ou ambos?
- II. *Abrir para quem?* Apenas para os envolvidos no processo editorial ou para o público?
- III. *Abrir quando?* Durante o processo editorial, ao seu final, nos dois momentos?
- IV. *Abrir para quais submissões?* Para *todas* ou somente para *as aprovadas*?

Nessa diversidade, cabe aos editores das revistas optar pelo grau de abertura mais condizente com as suas convicções, o seu estilo de construir conhecimento de qualidade e a cultura da respectiva área do conhecimento.

## 2.2 Vantagens

A par da dificuldade crônica de encontrar avaliadores, aspecto que não abordaremos, são as seguintes as principais deficiências dos pareceres recebidos pelos editores:

- I. a sua superficialidade, indicando falta de responsabilidade ou de comprometimento com a tarefa,
- II. o seu tom, muitas vezes pouco cordial.



Ambas levam o processo de avaliação por pares a falhar em atender ao seu propósito essencial, o de elevar a qualidade final do artigo. Pareceres superficiais de nada servem, pareceres grosseiros, mesmo quando pertinentes, frequentemente levam os autores a trabalhar mais em uma resposta irritada do que na efetiva melhoria da submissão.

Ao preconizar a abertura dos relatórios e das identidades de todos os participantes envolvidos, a APPA favorece:

- a polidez da comunicação (Nobarany & Booth, 2015), evitando que o foco no objetivo de construção de conhecimento seja colocado em segundo plano, diante de questionamentos de ordem pessoal;
- pareceres mais pertinentes e mais construtivos, já que poderão vir a público juntamente com a identidade de quem os elaborou;
- o reconhecimento ao trabalho dos avaliadores (Three-Year Trial Shows Support for Recognizing Peer Reviewers, 2019).

A publicação de pareceres identificados irá permitir também que, no futuro, esses venham a ser creditados como produções científicas dos avaliadores. Além disso, a transparência associada a essa prática auxilia na identificação das revistas ditas predatórias, que declaram executar a avaliação, mas não a realizam de fato.

## 3 A FERRAMENTA

### 3.1 A prática da avaliação por pares aberta

Dedicamos as seções anteriores ao *conhecimento* e à *compreensão* da APPA. Nesta seção, visamos a facilitar a sua prática, mediante uma planilha que apresenta suas múltiplas alternativas, permitindo selecioná-las como deseje o editor, porém contendo uma lógica de pontuação hierárquica que define cinco escores:

- um de *ações* de APPA manifestadas na política editorial;
- quatro de *transparência na comunicação* dessas ações, um global e um para cada participante envolvido.



Nosso principal propósito, com essa ferramenta, é despertar a atenção dos editores para o que pode ser feito e permitir-lhes identificar em que fase da APPA se encontram. Ela pode ser útil, ainda, para que indexadores e sistema de avaliação de revistas adicionem, aos seus critérios, metas para adoção progressiva da APPA .

### 3.2 A Seção I: inclusão de ações APPA na política editorial de uma revista

A planilha, livremente disponível<sup>3</sup> para acesso público, apresenta duas seções. A primeira destina-se a identificar e avaliar a presença de ações de APPA na política editorial da revista. As opções oferecidas e as respectivas pontuações máximas são apresentadas no Quadro 1.

As três primeiras ações dizem respeito à fase de processo editorial, as quatro últimas à difusão pública de identidades e de metaconteúdo relacionado à submissão. Daí, a pontuação maior a essas atribuída.

**Quadro 1** - Ações relativas à APPA adotadas pela revista, constantes na política editorial.

Item	Pontuação máxima <sup>A</sup>	Ação
1	1	A identidade do editor que tramitará a submissão é aberta aos autores, assim que a submissão supera avaliação de conformidade ou antes.
2	2	As identidades dos autores são abertas aos avaliadores, assim que esses aceitam a tarefa ou antes.
3	1 a 4 <sup>B</sup>	As identidades dos avaliadores são abertas aos autores.
4	3	O nome do editor que tramitou a submissão é publicado juntamente com o artigo.
5	5	Os nomes dos avaliadores são publicados juntamente com o artigo.
6	8 <sup>C</sup>	Os pareceres dos avaliadores são publicados juntamente com o artigo.
7	10 <sup>C</sup>	Os pareceres e todas as mensagens trocadas entre o editor, os

<sup>3</sup> O link para acesso é: <https://bit.ly/avaliacao-pares>. A versão disponibilizada não é editável. Para utilizá-la, é preciso fazer uma cópia, clicando em --->Arquivo--->Fazer uma cópia.



		avaliadores e os autores são publicadas juntamente com o artigo.
<p><sup>A</sup> A pontuação pode ser reduzida, caso alguma abertura de identidade seja facultativa por opção (ver Seção II).</p> <p><sup>B</sup> Conforme condições apresentadas no <b>Quadro 2</b>.</p> <p><sup>C</sup> Essas pontuações são mutuamente excludentes.</p>		

Fonte: Elaborado pelos autores.

Cada ação está descrita em uma linha na planilha, devendo-se inserir um X, na coluna C (na coluna D, caso se trate de um subitem), para confirmar sua presença na política editorial da revista. Imediatamente à direita, aparece a pontuação a que revista faz jus por incluí-la.

A ação 3 – informação da identidade dos avaliadores aos autores – representa a maior ruptura em relação ao modelo de avaliação anônima. A revista pode definir sua política para essa abertura combinando, de diversos modos, as seguintes três possibilidades:

- fazê-lo somente para as submissões aprovadas ou para todas;
- fazê-lo apenas ao final do processo editorial ou juntamente com o envio dos pareceres (ou antes);
- fazê-lo associando ou não os nomes dos avaliadores aos respectivos pareceres.

Uma vez que as submissões ainda podem não estar aprovadas durante o processo editorial, restam as possibilidades de pontuação mostradas no **Quadro 2**. Associar nomes aos pareceres acrescenta sempre um ponto ao escore; identificar avaliadores para *todas* as submissões é mais aberto do que fazê-lo apenas para as *aprovadas*; e é também mais aberto associar os nomes dos avaliadores aos respectivos pareceres.



**Quadro 2** - Pontuações relativas à abertura das identidades dos avaliadores aos autores.

Quais submissões	Todas		Aprovadas somente
	Ao enviar pareceres	Ao final	Ao final
Nomes associados aos pareceres	4	3	2
Nomes dissociados dos pareceres	3	2	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por ser nossa percepção de que os itens de 1 até 6 já propiciam todos os benefícios que a APPA pode oferecer *para a qualidade final* dos artigos, atribuímos à pontuação correspondente (23 pontos) o escore 100%. Consideramos o item 7 um passo adicional de transparência (*bônus*), que eleva a pontuação da revista para 25 (109%), ressaltando que ela está além do suficiente. De fato, temos dúvida de que publicar toda a comunicação entre os atores do processo editorial seja uma adição bem-vinda; pode mostrar-se apenas um ruído em meio ao que é efetivamente relevante.

O Escore de inclusão (total de ações de APPA na política editorial da revista) aparece nas células F10 e G10, em pontos e em percentual. Pode-se, ainda, inserir o nome da revista a partir da célula F5

### 3.3 A Seção II: transparência das ações adotadas pela revista para com os envolvidos no processo

A Seção II trata da transparência com que as ações previstas na política editorial são informadas aos atores envolvidos: editor, autores, avaliadores. A cada um desses, é dedicada uma subseção, contendo as ações de que participa, extraídas do Quadro 1, conforme apresenta o Quadro 3. A ação 7 é comum a todos.





**Quadro 3** - Ações, conforme **Quadro 1**, atribuídas aos diversos participantes do processo editorial.

Participação no processo editorial	Editor			Autor		Avaliador			
	E.1	E.2	E.3	At.1	At.2	Av.1	Av.2	Av.3	Av.4
Subseção da seção II									
Ações da seção I consideradas	1	4	7	2	7	3	5	6	7

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para cada uma das ações consideradas no Quadro 3, são oferecidas três hipóteses de pontuação, mutuamente excludentes:

- 2 pontos: a ação é considerada implicitamente conhecida por toda a equipe, sem necessidade de reforço, na subseção do editor, ou apenas consta na política editorial, nas demais subseções.
- 3 pontos: a ação consta na política editorial e é reiterada quando da submissão (autores) ou quando da aceitação da tarefa (demais participações).
- 3 pontos: caso a pessoa envolvida tenha a opção de não aceitar o que a ação propõe.

A pontuação das hipóteses segunda e terceira é igual, porque ambas correspondem a um mesmo grau de transparência. Porém, ao oferecer a terceira hipótese, a revista não assegura a ocorrência da ação, implicando que, embora prevista, a prática da APPA pode se concretizar apenas eventualmente - ou nunca. A seleção dessa hipótese, portanto, *reduz a pontuação do item respectivo na seção I*.

Os escores de transparência (global e para cada um dos atores) são apresentados nas células N10 até O13, devendo ser considerado que:

- Como não faz sentido informar uma ação não prevista, havendo poucas ações selecionadas na seção I, os escores da seção II serão baixos.
- Como a quantidade de ações consideradas, para cada um dos participantes do processo editorial, é pequena, a variação de um ponto, nelas, corresponde



a uma mudança de cerca de 10% no percentual, o que precisa ser levado em conta para sua interpretação e utilização.

### 3.4 Travas e salvaguardas

Configurar a planilha para, simultaneamente, (i) prever as múltiplas possibilidades de abrir a avaliação por pares, (ii) oferecê-las hierarquizadas, para que cada revista defina sua própria política e (iii) fazê-lo apresentando a APPA de forma didática, requereu incluir itens mutuamente excludentes. Assim, caso o usuário selecione duas opções que se contradigam entre si, aparece a palavra *incompatível* na coluna A das duas linhas envolvidas e a pontuação atribuída de ambas é zerada. Dever-se-á escolher uma delas apenas.

Exemplos de incompatibilidade são (i) selecionar duas opções para uma mesma ação ou (ii) dar transparência, na seção II, a uma ação não selecionada na seção I.

Para algumas das seleções da seção II, a pontuação permanece como zero, mesmo a ação correspondente sendo escolhida. Isso ocorre ou porque a seleção é necessária para habilitar ou desabilitar combinações, ou porque a pontuação correspondente está sendo computada em outro item.

A Figura 1 apresenta um excerto da planilha, parcialmente preenchida. Na quinta linha, vê-se o Escore de inclusão. A partir da décima segunda linha, têm-se as ações, antecedidas pela célula de seleção (em amarelo claro) e da pontuação respectivamente atribuída. Tal pontuação é nula caso:

- I. a célula de seleção esteja em branco, como para as ações 4, 5, e 6;
- II. seja utilizado um símbolo diferente de X na seleção, ilustrado para a ação 2;
- III. a seleção apresente incompatibilidade com alguma outra, caso das ações 3.1.1 e 3.1.2.



**Figura 1** - Excerto da planilha, ilustrando alguns dos escores, os critérios de 1 a 6, a forma de atribuição de pontos, e as mensagens de erro e de incompatibilidade.

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
	Nome da revista:					Data Sets Reviews						
	Escore de inclusão: 2 9%					Escore de transparência das propostas da política Global:						
	Define o grau de inclusão de ações de revisão por pares aberta na Política Editorial					Perante o Editor da submissão: Perante os autores: Perante os avaliadores:						
<b>I - Ações adotadas pela revista, constantes na política editorial.</b>												
	1	X	1		A identidade do editor que tramitará a submissão é aberta aos autores, assim que Editor é a pessoa que for designada para tramitar editorialmente a submissão, pode ser um Co-Editor, um Editor Associado ou Adjunto, ou um integrante do Corpo Editorial							
Favor usar X	2	M	0		As identidades dos autores são abertas aos avaliadores, assim que aceitam a tarefa							
	3	X	1		As identidades dos avaliadores são abertas aos autores, em que momento editorial?							
Incompatível	3.1.1	X	0		juntamente com o envio dos pareceres, ou antes.							
Incompatível	3.1.2	X	0		ao final do processo editorial.							
	3.2				de quais submissões?							
Incompatível	3.2.1	X	0		apenas das aprovadas							
Incompatível	3.2.2	X	0		de todas							
	3.3				vinculados aos respectivos pareceres?							
	3.3.1		0		não							
	3.3.2	X	1		sim							
	4		0		O nome do editor que tramitou a submissão é publicado juntamente com o artigo.							
	5		0		Os nomes dos avaliadores da submissão são publicados juntamente com o artigo.							
	6		0		Os pareceres dos avaliadores são publicados juntamente com o artigo.							

Fonte: Elaborado pelos autores.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das críticas, a avaliação por pares é, ainda, uma maneira *útil* e *eficaz* para melhorar a qualidade dos compuscritos submetidos às revistas científicas. É *útil* porque propicia, aos pesquisadores, a confiança de que ao menos dois especialistas e um editor estudaram o trabalho e o consideraram suficientemente consistente para ser publicado. Evidentemente, isso não exclui a necessária cautela que se deve ter ao utilizar o conhecimento emergente veiculado nos artigos, apenas a ameniza. Porém a ameniza para muitas pessoas, que precisariam *todas* avaliar o trabalho com o mesmo rigor com que examinam um *preprint*. Isso representaria um ônus imenso para a comunidade de pesquisa, exigindo-lhe um tempo que poderia ser mais produtivamente utilizado no desenvolvimento de pesquisa em si, não na



análise do que já foi publicado. Em suma, é coletivamente melhor que três pessoas avaliem e aperfeiçoem um trabalho e o endossem, do que requerer tal exame aprofundado de todas as pessoas que o forem utilizar.

Quanto à *eficácia*, essa somente não se verifica quando o trabalho dos avaliadores e editores é mal executado. Pareceres circunstanciados, objetivos e construtivos, indubitavelmente contribuem de forma significativa para o aperfeiçoamento dos artigos.

Caló (2022) aponta algumas críticas ao atual modelo de avaliação por pares anônima, dentre as quais destacamos as que mais bem serão contornadas pela adoção da APPA e, de fato, correspondem a uma evolução para melhor desse procedimento. A primeira delas diz respeito à falta de polidez nos pareceres (que a autora inclui como *vieses sociais*), a que já nos referimos na seção 2.2 como um aspecto que a APPA pode, pelo menos, amenizar. Porém queremos dar destaque a dois outros pontos de Caló com respeito aos quais a APPA pode se revelar mais efetiva. De fato, no modelo tradicional, os avaliadores:

- raramente recebem créditos por [condizentes ao] seu esforço, e
- têm trabalho minucioso que executam descartado após a aprovação do manuscrito.

A publicação de pareceres e a identificação de quem os tenha preparado contornam essas duas questões, porém, mais do que isso, abrem a possibilidade de considerar a atividade de avaliar artigos como produção científica. Ter-se ia, aí, um incentivo de grande importância à tarefa de avaliador, com excelente potencial de amenizar outra das ressalvas de Caló (2022), essa não ao modelo de anonimato, mas ao processo de revisão por pares em geral: *encontrar bons pareceristas*, aspecto já mencionado neste artigo.

O presente artigo e a planilha que o acompanha apresentam, conceitualmente, a avaliação por pares aberta e ilustram, hierarquicamente, as etapas para, progressivamente, incorporá-la à política editorial das revistas. Os autores vêm trabalhando em uma segunda planilha, mais complexa e detalhada,



cujo propósito é avaliar a *prática* da APPA, a sua efetiva *execução* por parte dos periódicos. Métricas adicionais, apuradas nessa nova planilha, complementarão um sistema integrado e abrangente de indicadores para a presença da APPA em revistas científicas.

## REFERÊNCIAS

Bloom, B. S., Engelhart, M. D., Furst, E. J., Hill, W. H., & Krathwohl, D. R. (1972).

*Taxionomia dos objetivos educacionais: domínio cognitivo*. Porto Alegre:

Globo.

Budapest Open Access Initiative (2002). Read the declaration.

<https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read/>

Caló, L. (2022, outubro 5). *Avaliação por pares aberta* [Power Point Slides].

Associação Brasileira de Editores Científicos.

[https://www.abecbrasil.org.br/painel/uploads/www/eventos/00056/Painel4-Lilian\\_Calo.pdf](https://www.abecbrasil.org.br/painel/uploads/www/eventos/00056/Painel4-Lilian_Calo.pdf)

Merz, Martina (2006). Embedding Digital Infrastructure in Epistemic Culture. In C. M.

Hine M. (ed.), *New infrastructures for knowledge production: understanding*

*E-science*. Idea Group.

Miedema, F. (2021, outubro 13). *Transition to Open Science, why and how*.

<https://doi.org/10.5281/zenodo.5576795>



Nobarany, S., & Booth, K. S. (2015). Use of politeness strategies in signed open peer review. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 66(5), 1048–1064. <https://doi.org/10.1002/asi.23229>

Three-year trial shows support for recognizing peer reviewers (2019). *Nature*, 568(7752), 275–275. <https://doi.org/10.1038/d41586-019-01162-1>

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). (2022). *Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta*. [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por)